



DIAGNÓSTICO

DA GESTÃO

AMBIENTAL

DO MUNICÍPIO DE

MACAPÁ



PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO
GESTÃO AMBIENTAL





Governo do Estado do Amapá
Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
Assessoria de Municipalização – ASSEMUN/SEMA

DIAGNÓSTICO DA GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

MACAPÁ –AP
2017

Copyright© Governo do Estado do Amapá. Secretaria de Estado do Meio Ambiente

Antônio Waldez Góes da Silva
Governador do Estado do Amapá

Marcelo Ivan Pantoja Creão
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Paulo Timm
Superintendente Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal/IBAM

AUTORES:

Mário Sérgio dos Santos Ribeiro – Engº Florestal – Técnico da ASSEMUN/SEMA
Jessejames L. da Costa – Adm. e Educ. Socioambiental – Téc. da ASSEMUN/SEMA

José Ferreira Barbosa – Técnico da ASSEMUN/SEMA

Ruimar Monteiro Pena – Técnico da ASSEMUN/SEMA

Marcelo Galdino – Engº Florestal – Consultor do PQGA/IBAM

Rosan Walter Fernandes – Ecológo – Consultor do PQGA/IBAM

Patrick Silveira Farias – Técnico da CGTIA/SEMA

Tereza Cristina Baratta
Diretora e Coordenadora Geral do Programa de Qualificação de Gestão Ambiental - PQGA/IBAM

REVISÃO E NORMALIZAÇÃO - Versão Preliminar
Rosa Dalva Gonçalves de Oliveira – Assess. Comunicação/SEMA
Marcilene Nogueira Moraes - CRB-2/1234 (Bibliotecária/SEMA)
Claudia Ajuz – Revisora do PQGA/IBAM

Elaboração do Diagnóstico Ambiental

Assessoria de Municipalização – ASSEMUN/GAB/SEMA e Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Amapá. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Diagnóstico da gestão ambiental do Município de Macapá / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN); Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). – Macapá: Sema, 2017.

28 p.: il.

Inclui bibliografia.

1. Gestão ambiental. 2. Planejamento ambiental. 3. Município de Macapá - Amapá. I. Assessoria de Municipalização (ASSEMUN). II. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). III. Título.

CDU 2. ed. 504.06

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	4
2.	HISTÓRICO	5
3.	OBJETIVO GERAL.....	6
3.1.	Objetivos específicos	6
4.	METODOLOGIA APLICADA	7
5.	LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES	7
5.1.	Órgão ambiental municipal	7
5.2.	Organograma	7
5.3.	Estrutura física e transparência das informações.....	8
5.3.1.	Infraestrutura e equipamentos	9
5.3.2.	Recursos humanos (corpo técnico)	9
5.4.	Instrumentos de Gestão Ambiental	10
5.4.1.	Arcabouço Legal	10
5.4.2.	Licenciamento ambiental	11
5.4.3.	Monitoramento e fiscalização	12
5.4.4.	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente	13
5.5.	Gestão Territorial.....	14
5.5.1.	Cobertura Florestal	14
5.5.2.	Cadastro Ambiental Rural (CAR).....	14
5.5.3.	Áreas Protegidas	15
5.5.4.	Espaços Públicos Urbanos	16
5.6.	Atividades econômicas desenvolvidas no Município	16
5.7.	Conflitos	17
5.9.	Recursos Hídricos	18
5.10.	Economia Verde.....	19
5.11.	Projetos	19
6.	ANÁLISE DOS ASPECTOS OBSERVADOS	20
7.	MATRIZ SWOT	22
8.	CRUZAMENTO ENTRE FORÇAS E FRAQUEZAS COM OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	23
9.	ANÁLISES GERAIS DOS FATORES INTERNOS E EXTERNOS.....	25
10.	RESULTADOS	26
11.	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIAS	28

1. INTRODUÇÃO

A capacidade de atuação do Estado na área ambiental baseia-se na ideia de responsabilidades compartilhadas com os Municípios, além da relação desses com os diversos setores da sociedade. Essa concepção tem origem na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. Esta Lei, além de estabelecer conceitos, princípios, objetivos, instrumentos, mecanismos de aplicação e de formulação, institui o Sistema Nacional Meio Ambiente – SISNAMA.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 140/2011, pelo Governo Federal, foram fixadas normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios** nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção ao meio ambiente, que entre outras normas e procedimentos no âmbito dos Municípios o Estado promoverá a formação e capacitação de gestores municipais, visando à inclusão dos Municípios na gestão ambiental compartilhada.

Considerando que é fundamental para o exercício da competência e da gestão ambiental compartilhada a compreensão sobre abrangência de impactos ambientais, proposta na Lei Complementar nº 140/2011, o Estado, por intermédio do Conselho Estadual de Meio Ambiente –COEMA, aprovou a Resolução nº40/2014, que dispõe sobre a definição de impacto local, bem como a tipificação das atividades e empreendimentos de competências dos Municípios licenciarem, levando em consideração o porte e o potencial poluidor do empreendimento ou atividade a ser licenciada ou autorizada, e apresenta o seguinte entendimento sobre impacto ambiental de âmbito local: “aquele que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um Município sem ultrapassar o seu limite territorial”.

O Estado também elaborou o Programa de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal – PEFOGAM com o objetivo de fortalecer as Secretarias de Meio Ambiente dos Municípios por meio da capacitação do corpo técnico, aquisição de equipamentos e materiais e disseminação do conhecimento ambiental.

Considerando que inicialmente faz-se necessário conhecer como os Municípios estão atuando na gestão ambiental local, uma equipe formada por técnicos da Assessoria de Municipalização da SEMA –ASSEMUN/SEMA e do Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA, Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, visitou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá, **no dia 1º de fevereiro** de 2017, com o objetivo de identificar as condições em que estavam sendo desenvolvidas as ações relativas à gestão ambiental, relacionadas aos mais diversos instrumentos da política de meio ambiente.

A metodologia de trabalho consistiu em visita ao Município de Macapá, especificamente às dependências da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, entrevista com o Secretário de Meio Ambiente e com a equipe técnica, aplicação de questionário e levantamento de informações sobre como estava sendo conduzida a gestão ambiental local. Como resultado das entrevistas e aplicação de questionários, foram obtidas informações acerca dos itens organograma, estrutura, infraestrutura, corpo técnico, atividades desenvolvidas, fundo municipal de recursos para o meio ambiente, conselho municipal de defesa do meio ambiente e arcabouço legal, entre outros, de acordo com o formulário estabelecido.

2. HISTÓRICO



A capital Macapá foi o primeiro Município a ser criado no Amapá, por meio da Lei Provincial do Pará nº 281, de 6 de setembro de 1856. Em 31 de maio de 1944, Macapá foi promovida à categoria de capital do Território, hoje Estado do Amapá. Abriga a maior parte da população do Estado, estimada em 456.171 habitantes, concentrados na área urbana. Localiza-se na região sudeste do Estado estendendo-se da margem esquerda do rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico) até a nascente do rio Maruanum. É a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador (que divide o planeta em dois hemisférios). O Município é constituído por cinco distritos: Macapá, Bailique (arquipélago formado por pelo menos nove comunidades), Carapanantuba, Fazendinha e São Joaquim do Pacuí. Também concentra o serviço público, abrigando as sedes administrativas estaduais e federais. Ainda ampara grande parte de todo o setor primário, com destaque para criações de gado bovino, bubalino e suíno, além de avicultura e pesca artesanal, nas chamadas regiões rurais. O açaí é outro produto que, embora procedente de regiões ribeirinhas, gera renda e movimenta divisas significativas para o Município. O

comércio é o setor mais promissor para a capital, com a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), no início dos anos 1990, e com a Zona Franca Verde, em 2016.

Turismo – Macapá é o Município que apresenta significativo número de hotéis e pousadas em relação ao restante do Estado. Também concentra os cartões-postais, como o monumento Marco Zero do Equador, onde foi construído um obelisco para a observação do fenômeno do Equinócio, que marca a mudança de estações. Outro ícone da capital é a Fortaleza de São José de Macapá, construída em 1782 para proteger a cidade de invasões. O complexo Beira-Rio é formado por trapiches, quiosques e restaurantes, com uma vista privilegiada da orla de Macapá. A vila do Curiaú, localizada a oito quilômetros da cidade, revela a história de remanescentes quilombolas, bela paisagem natural e riquezas da fauna e da flora. Macapá ainda conta com o Estádio Olímpico Milton de Souza Corrêa, o “Zerão”, cuja linha que divide o gramado também é a Linha do Equador. Nos balneários de Araxá e Fazendinha, os atrativos são a gastronomia, com destaque para pratos com camarão e peixes, preparados de diversas maneiras. Outro ponto forte na capital são as manifestações culturais, que misturam sabedoria popular e valores históricos e culturais, sendo o Marabaixo, com seu ciclo anual, o mais conhecido, com tocadores de caixa e dançarinas vestidas com saias rodadas e blusas floridas.¹

¹Fonte: Governo do Estado do Amapá <<http://www4.ap.gov.br>>

MUNICÍPIO DE MACAPÁ ASPECTOS GERAIS	
População estimada em 2016 (hab.)	465.495
População em 2010 (hab.)	398.204
Área da unidade territorial 2015 (km²)	6.502,105
Densidade demográfica 2010 (hab./km²)	62,14
Código do Município	1600303
Gentílico	Macapaense
Prefeito Atual:	Clécio Luís Vilhena Vieira

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>

3. OBJETIVO GERAL

- Identificar as condições em que estão sendo desenvolvidas as ações de gestão ambiental relativas ao exercício da competência administrativa do Município, e elaborar relatório situacional da gestão ambiental municipal como instrumento de planejamento.

3.1. Objetivos específicos

- Aplicar o princípio da responsabilidade compartilhada, entre Municípios, Estado e a União, sempre considerando as especificidades locais e regionais, previsto na Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a política nacional de meio ambiente.
- Identificar aspectos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do desenvolvimento da gestão ambiental em nível municipal.
- Construir uma proposta de implementação e fortalecimento dos mecanismos ligados à municipalização da gestão ambiental, tais como autonomia da Secretaria de Meio Ambiente, capacitação do corpo técnico, aquisição de equipamentos e materiais e disseminação do conhecimento ambiental com base na legislação existente.
- Conhecer e ter capacidade de promover o fortalecimento do órgão municipal de meio ambiente para a gestão ambiental local, aproveitando as oportunidades de programas, plataformas e parcerias existentes.

4. METODOLOGIA APLICADA

A SWOT é uma ferramenta estrutural da administração, cuja principal finalidade é a avaliação subjetiva dos ambientes internos e externos das empresas ou instituições para a formulação de estratégias que otimizem seu desempenho e efetividade.

No presente diagnóstico, a análise SWOT será utilizada para identificar os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças no que diz respeito ao ambiente (interno e externo) das Secretarias Municipais de Meio Ambiente do Estado do Amapá, a fim de traçar diagnóstico que contribua para a formulação de estratégias que visem à boa qualidade da gestão ambiental municipal pretendida pelo gestor público e esperada pela população.

Para tanto, foram identificadas variáveis que interferem consideravelmente na qualidade do serviço público que, no caso, diz respeito ao desenvolvimento da gestão ambiental a ser executada no âmbito municipal. As variáveis (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) obtidas pela análise de SWOT foram verificadas por meio de visitas, consulta a relatório, processos, entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a todos os 16 Municípios do Estado.

Ao final, com o cruzamento das variáveis das forças internas e externas, identifica-se um índice de favorabilidade quanto à gestão ambiental do Município.

5. LEVANTAMENTO DAS INFORMAÇÕES

5.1. Órgão ambiental municipal

Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM

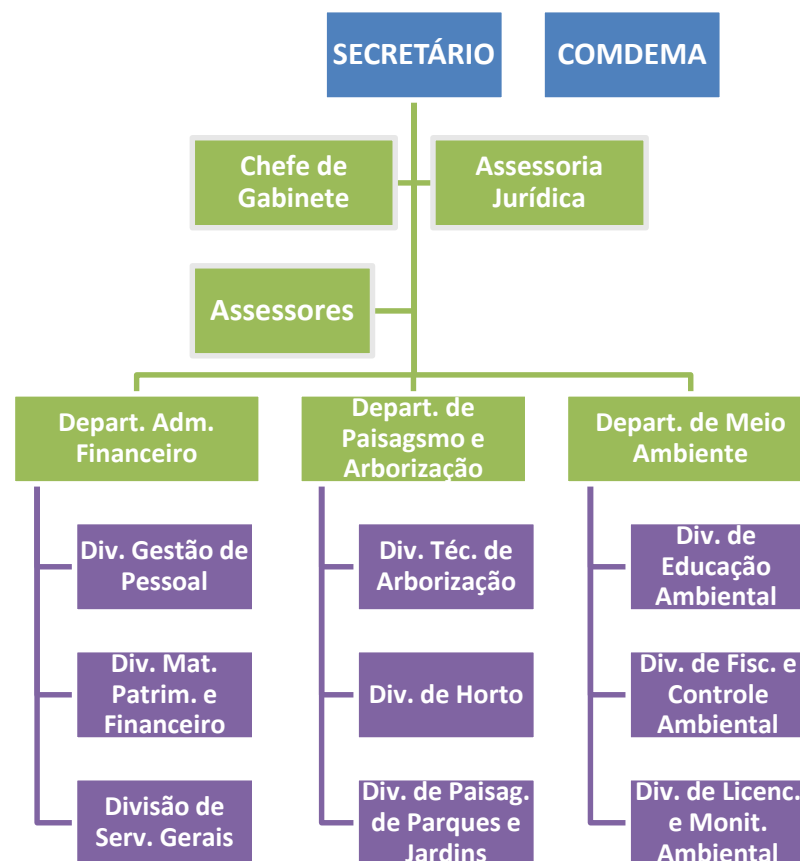
Endereço: Rua Clodoaldo da Silva Martins, 1530, bairro jardim Felicidade. CEP 68.900-000

Secretário: Jorge Elson Silva de Souza; fone (096) 98802-8647

Secretario atual: Jorge Elson Silva de Souza

5.2. Organograma

No que tange à área ambiental, de acordo como levantamento, a SEMAM tem sua estrutura organizacional conforme organograma a seguir:



5.3. Estrutura física e transparência das informações

A SEMAM funciona em um prédio próprio, situado na Rua Clodoaldo da Silva Martins, 1530, bairro jardim Felicidade, antigo horto municipal. A estrutura predial contempla parcialmente a necessidade para o funcionamento pleno do órgão ambiental local. O levantamento das informações constatou que a Prefeitura de Macapá conseguiu alocar uma emenda parlamentar de cerca de 2 milhões de reais para a construção de uma nova sede para SEMAM.

Com relação à transparência das ações, a Prefeitura possui um site – www.macapá.ap.gov.br –, porém informações sobre recursos orçamentários e outras sobre o meio ambiente não estão disponíveis para consulta.

5.3.1. Infraestrutura e equipamentos

Com relação a equipamentos a SEMAM está parcialmente contemplada, contando com um telefone, dois decibelímetros, uma televisão, dez impressoras, vinte computadores antigos, internet, três veículos próprios e três locados e cinco notebooks. Entretanto não há voadeira, motor de popa, datashow, GPS, computadores novos, enfim, ainda são necessários diversos equipamentos para um melhor desenvolvimento das ações.

Foi identificado que a SEMAM, mediante emenda parlamentar, conseguiu recursos para a compra de um carro munk para ser utilizado nas ações de poda de árvores na cidade, além de um carro-pipa para ser utilizado na manutenção das praças.

5.3.2. Recursos humanos (corpo técnico)

O corpo técnico da SEMAM que atua na gestão ambiental está relacionado a seguir.

ORDEM	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	VINCULO
01	André dos Santos Abdon	Eng. Florestal	Analista Ambiental	Efetivo
02	Andreia Farias Araújo	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
03	Antônio Dionizio Lopes Bezerra	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
04	Benedito dos Santos Oliveira	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
05	Carlos Magnos Amanajás Paixão	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
06	Delbanor Campos Moreira	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
07	Eflany dos Passos Silva	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
08	Evandro Flexa da Costa	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
09	Evandro Douglas B. França	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
10	Glória Regina Sá Duarte	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
11	Hernani Vitor Carrera Guedes	Engenheiro civil	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
12	Iranildo Souza Soares	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
13	Irismar Souza Soares	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
14	Isaias Matos da Silva	Tecnologia em gestão	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
15	João Batista Borges de Carvalho	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
16	João Galberto Moraes Cardoso	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo

ORDEM	NOME	FORMAÇÃO	CARGO	VINCULO
17	José Rocha da Silva	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
18	José Souza Cardoso	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
19	Marilson Alves Pantoja	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
20	Marlene Souza Silva	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
21	Matias José Batista Rosa	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
22	Pedro Gilberto N. de Souza	Geólogo	Analista Ambiental	Efetivo
23	Prudêncio Palheta M. Junior	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
24	Renato Rocha e Silva	Nível superior	Analista Ambiental	Efetivo
25	Roberto Rodrigues Ferreira	Ensino médio	Operador de máquinas leves	Efetivo
26	Rui Guilherme Soares de Souza	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
27	Sergio Fernando Pontes Dias	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
28	Sergio Carlos Araújo Dias	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo
29	Sidney dos Santos Quadros	Ensino médio	Agente de Defesa Ambiental	Efetivo

Fonte: SEMAM

Observação: Foi informado que atualmente a SEMAM conta ainda com diversos outros funcionários que fazem parte da área administrativa e de vigilância, chegando hoje a contar com cerca de 106 funcionários.

5.4. Instrumentos de Gestão Ambiental

5.4.1. Arcabouço Legal

O levantamento das informações permitiu constatar que a SEMAM, no que se refere aos aspectos legais, tem a seguinte legislação:

Normas	Assunto
Lei nº 948/1998	Código Ambiental
Decreto nº 458/2014	Regulamenta o Código Ambiental
Lei nº 1549/2001	Cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente–COMDEMA
Decreto nº 459/2014	Nomeia os conselheiros
Lei nº 1548/2007	Cria o Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente –FERMAM
Lei nº 460/2014	Regulamentao FERMAM

5.4.2. Licenciamento ambiental

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMAM começou a efetivar sua atuação na gestão ambiental via instrumento de licenciamento ambiental após a regulamentação da sua legislação, que se deu no ano de 2014 e conforme Ofício nº 035/2015-GAB/SEMAM, encaminhado àSecretaria de Estado do Meio Ambiente, informando o interesse do Município, a partir daquele momento, realizar a gestão ambiental no nível municipal.

O Licenciamento Ambiental é desenvolvido no âmbito do Departamento de Meio Ambiente – Divisão de Licenciamento e Monitoramento Ambiental –, tem como base jurídica a Lei Municipal nº 948/1998, que instituiu o Código Ambiental de Macapá, e o anexo I do Decreto nº 458/2014, que caracterizou as atividades passíveis de licenciamento ambiental. Tem como atividades principais o cadastramento de atividades, orientação ao licenciamento, análise documental dos processos, vistorias, emissão de laudos e pareceres técnicos e demais procedimentos relacionados ao deferimento ou indeferimento das solicitações de licenças e autorizações.

A pesquisa conseguiu apurar o quantitativo das licenças ambientais que foram emitidas no ano de 2016 pelo Município de Macapá.

DEMONSTRATIVO DAS LICENÇAS EMITIDAS EM 2016

MESES	LICENÇA PRÉVIA 1ª VEZ	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	LICENÇA DE OPERAÇÃO/RENOVAÇÃO	AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
JANEIRO				
FEVEREIRO				
MARÇO				
ABRIL				
MAIO				
JUNHO	2	7	11	2
JULHO	2	9	15	1
AGOSTO	2	11	18	1
SETEMBRO	3	5	12	4
OUTUBRO	4	6	20	7
NOVEMBRO	2	3	5	9
DEZEMBRO	0	2	2	2
TOTAL	15	43	83	26

Fonte: SEMAM – Relatório Anual 2016

5.4.3. Monitoramento e fiscalização

Pelas informações prestadas, existe um planejamento para o monitoramento ambiental das atividades autorizadas pelo Município com o objetivo de averiguação dos cumprimentos das condicionantes, que acontece trimestralmente.

Quanto à fiscalização, a SEMAM conta com um grande quantitativo de agentes de defesa ambiental, que desenvolvem as atividades ligadas às demandas advindas de denúncias da população e outras ações rotineiras. Atualmente, o trabalho de fiscalização da SEMAM foca nas atividades licenciadas, nas áreas de preservação permanente, áreas de ressaca e especialmente poluição sonora.

A SEMAM dispõe de formulários próprios para o auto de infração, termo de apreensão, termo de guarda, termo de inutilização e outros instrumentos administrativos necessários quando da apuração das infrações ambientais.

QUANTITATIVO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL –2016

ATIVIDADES	JANEIRO A DEZEMBRO	APURADAS	PENDENTES
DENÚNCIAS	196	187	9
REQUISIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	66	66	-
AUTOS DE INFRAÇÕES	55	55	-
NOTIFICAÇÕES	415	391	24
AÇÕES NOTURNAS	50	50	-
TOTAL	782	749	33

5.4.4. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

A pesquisa conseguiu aferir que durante os anos de 2014 e 2015 foi feita a instalação do COMDEMA, bem como algumas reuniões. Em 2016 não foram realizadas reuniões. Segundo o Secretário da SEMAM, estão previstas para este ano de 2017 novas ações, tais como a indicação de novos representantes para compor o COMDEMA e outras relativas à reativação do Conselho, haja vista que, na prática, o Conselho ficou inativo no ano de 2016.

O levantamento das informações permitiu observar que não há uma paridade entre os entes integrantes do Conselho. Existem 17 membros do Poder Público e apenas 11 representantes da sociedade civil, o que precisa ser reparado.

Representantes do Poder Público	Representantes da Sociedade Civil
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Federação das Instituições Privadas de Ensino Superior Local
Secretaria Municipal de Planejamento	Organizações não governamentais com tradição na defesa do meio ambiente com sede em Macapá
Secretaria Municipal de Educação	Federação das Associações de Moradores de Bairros de Macapá – FEAMA;
Secretaria Municipal de Saúde	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA/AP
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	Associação Comercial e Industrial do Amapá
Secretaria Municipal de Obras	Federação das Indústrias do Amapá
Secretaria Municipal de Manutenção Urbanística	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –SEBRAE

Representantes do Poder Público	Representantes da Sociedade Civil
Procuradoria Geral do Município	Unidades de Conservação Municipal
Empresa de Desenvolvimento Urbano	Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos
Câmara Municipal de Vereadores	Sindicato dos Trabalhadores Ambulantes de Macapá
Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Organização de Trabalhadores Extrativistas de Macapá
Companhia de Água e Esgoto do Amapá – CAESA	Sindicato do Mobiliário de Macapá –SINDIMÓVEIS
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	
Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Amapá – IEPA	
Ordem dos Advogados Brasil – OAB Amapá	
Ministério Público Estadual – MPE	
Universidade Estadual do Amapá	

5.5. Gestão Territorial

5.5.1. Cobertura Florestal

A vegetação de Macapá constitui-se principalmente de floresta ombrofila, savanas e formações pioneiras com influência aluvial. A cobertura florestal representa somente 26% do território que em geral se localiza ao longo dos rios, principalmente o rio Amazonas (IBGE, 2016). O desmatamento acumulado no território do Município até o ano de 2015 foi de 409,2 km² ou 6,37%. O maior incremento de desmatamento registrado em um ano foi em 2003, quando foi detectada uma área de 61,9 km² (INPE, 2016).

5.5.2. Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Sem levar em conta algumas sobreposições de imóveis rurais, na base do Sicar o Município possui 389 imóveis. Desses imóveis 228 são pequenas propriedades, 128 são médias propriedades e 33 são grandes propriedades (SICAR, 2016) (fig. 1).

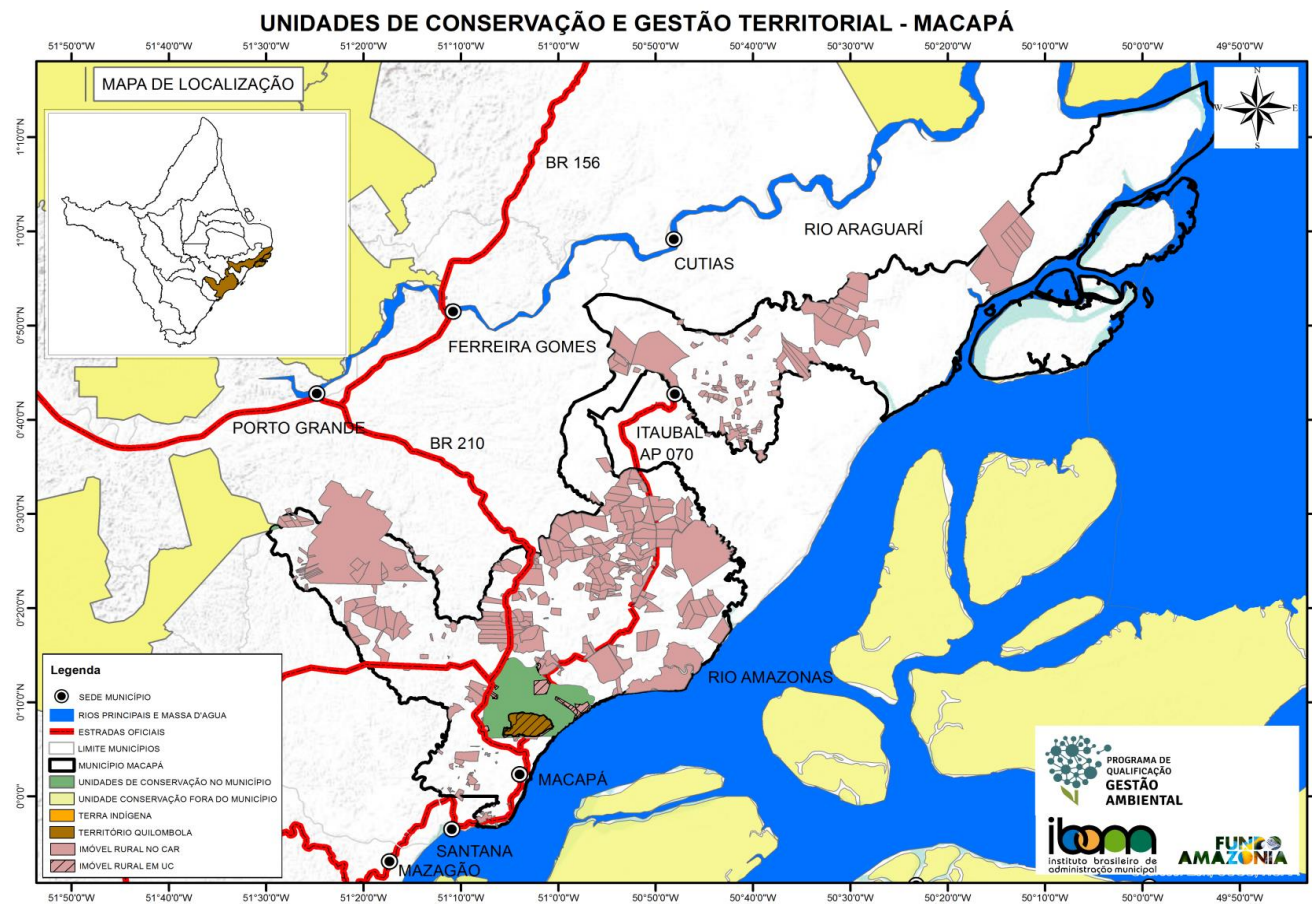


Figura 1 – Território de Macapá com Cadastro Ambiental Rural (CAR)

5.5.3. Áreas Protegidas

O conhecimento do gestor da Secretaria de Meio Ambiente sobre as áreas protegidas no Município é bastante incipiente, tendo sido demonstrado relativo conhecimento sobre a realidade de campo das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal, previstas no Código Florestal e incidentes sobre todo o meio rural de Macapá, bem como sobre unidades de conservação (UCs) presentes em seu território. As informações aqui colocadas foram obtidas por meio de pesquisas secundárias.

- Área de Proteção Ambiental – APA da Fazendinha, com área total de 136,59 hectares, área protegida desde 1984 sob outra categoria. Atualmente com a denominação de APA, foi efetivamente criada em 2004, e encontra-se sob a administração da SEMA/AP, incidindo sobre o Município de Macapá.
- Reserva Biológica Estadual do Parazinho, com área total de 111,32 hectares, criada em 1985, está sob administração da SEMA/AP.
- Área de Proteção Ambiental Estadual do Rio Curiaú, com área total de 21.676,00 hectares, criada em 1998, sob administração da SEMA/AP.
- Reserva Particular do Patrimônio Natural Aldeia Ekinox, com área total de 10,87 hectares, ocupando menos de 0,01% do território do Estado do Amapá, criada em 2010 pelo IBAMA, sob administração privada de responsabilidade de seus proprietários, incide sobre o Município de Macapá.
- RPPN Retiro Paraíso, com área total de 46,75 hectares, inserida na APA do Rio Curiaú, criada em 1997 pelo IBAMA, sob administração privada de responsabilidade de seus proprietários, incide sobre o Município de Macapá.

Obs: O Município conta com diversas comunidades quilombolas na sua área territorial, algumas já com títulos definitivos emitidos pela Fundação Cultural Palmares – FCP, tais como Curiaú, Mel da Pedreira e Conceição do Macacoari e outras em processo de regularização.

5.5.4. Espaços Públicos Urbanos

A cidade conta com um grande número de praças espalhadas por seu território. Uma das mais conhecidas é a Praça do Forte (também conhecida como Parque do Forte), que está localizada ao lado da Fortaleza de São José. Além de muito popular é também uma das mais visitadas. Outro importante espaço público é a Praça Barão do Rio Branco, que se localiza na Avenida Fab e foi fundada 1950. A atual praça Veiga Cabral foi inaugurada com o nome de São Sebastião e ocorreu nela o lançamento da pedra fundamental da Igreja de São José de Macapá. Há a Praça Abdallah Houat, localizada no complexo Beira-Rio, a poucos metros do rio Amazonas, a Praça Nossa Senhora da Conceição, em frente a igreja de mesmo nome, no bairro do Trem e a praça Floriano Peixoto. Cada bairro do Município tem sua praça própria.

Apesar da infraestrutura instalada para o turismo e de benfeitorias próprias de capital de Estado, de modo geral, a sede municipal necessita de severas intervenções para a adequação do espaço urbano, notadamente no tocante à drenagem de águas pluviais, coleta e tratamento de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos, arborização urbana, padronização de calçadas e distribuição de energia elétrica.

5.6. Atividades econômicas desenvolvidas no Município

Com o status de capital do Estado e detentor da maior população do Amapá, o Município de Macapá é o mais rico do Estado. Sua economia é formada por diversos fatores relativamente estruturados. No setor primário sobressaem-se as criações de gado bovino, bubalino (com maior representatividade) e suíno; avicultura; pesca artesanal (dourada, piramutaba, pescada, tamuatá, traíra, jiju, pratinha, acará, matupiri, jandiá, sarapó, anunjá, oeua, tucunaré etc.) e a pesca do camarão. O açaí é outro produto que gera renda para o Município. Há pela cidade inúmeros pontos de venda do produto, que além de constituir alimento

básico para a população local, vem sendo exportado para outros Estados e até mesmo para alguns países estrangeiros. Desenvolvendo o setor secundário, há diversas fábricas de tijolos, engarrafamento de refrigerantes; industrialização de sucos, palmitos de açaí; padarias, vários jornais e movelarias – o setor moveleiro vem oportunizando centenas de empregos na capital.

As indústrias do Município desenvolveram-se lentamente, em função de alguns problemas que se avolumam, tais como incapacidade de oferta de energia elétrica necessária ao funcionamento de máquinas pesadas, dificuldades de transporte; distância dos grandes centros consumidores e, sobretudo, presença forte de Belém e Manaus, que já dispõem de parques industriais instalados. O comércio é o setor mais promissor, no momento, no Estado do Amapá, haja vista a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS. Em Macapá, hoje são encontrados produtos importados de todas as partes do mundo. As lojas especializadas concentram-se no centro da cidade e oferecem produtos de excelente qualidade: videocassetes, televisores, computadores, disc-lasers, equipamentos de som, walkman, filmadoras, material fotográfico, ventiladores, confecções, brinquedos eletrônicos, produtos de beleza, perfumes, artigos esportivos, relógios, óculos, joias, enfim, uma imensa gama de produtos.

O setor terciário, que inclui a administração pública, apesar de não ser mais o maior empregador, ainda é o maior responsável pelo dinheiro que circula no Estado, movimentando vários segmentos da economia amapaense. Este setor apresenta números positivos, principalmente com relação à oportunidade de emprego. Além do serviço público, a cidade dispõe de bares, boates, restaurantes, cinemas, hotéis, motéis, empresas de vigilância, limpeza e conservação, escritórios de contabilidade, advocacia, bancos e serviços de telecomunicações (correios, empresas de telefonia) que cada vez absorvem mais a mão de obra local.

5.7. Conflitos

Os maiores conflitos ainda se dão com relação à posse da terra entre posseiros e novos empreendedores do agronegócio em função de ainda não haver acontecido a plena regularização fundiária no nível do Município e do Estado.

5.8 Turismo

Macapá possui atrativos turísticos bastante diversificados, tanto pelo componente histórico, quanto pelo aspecto natural, destacando-se:

- Fortificações históricas – o Município possui fortificações remanescentes que, outrora, formaram uma rede de construções destinadas a fins militares e de defesa territorial, restando as construções mais solidificadas. Dentre estes remanescentes, destacam-se a **Fortaleza de São José de Macapá**, considerada o melhor, maior e mais importante monumento histórico, bem como o **Forte de Cumaú**, o **Forte de Santo Antonio de Macapá** e a **Vigia do Curiaú**. Todas estas fortalezas tiveram papel primordial na defesa do território brasileiro, sobretudo contra a invasão de ingleses, holandeses e franceses.
- Praça do Marco Zero – complexo de construções localizadas sob a linha do Equador, formado pelo Monumento do Marco Zero do Equador – onde

pode-se observar o Equinócio, fenômeno natural que acontece no momento em que o Sol tem sua trajetória alinhada à Linha do Equador –, Estádio Zerão, Escola Sambódromo de Artes Populares e a Panela do Amapá.

- Orla de Macapá – com o exuberante rio Amazonas à frente, a orla de Macapá se mostra uma das mais elegantes e bonitas do Brasil, com projeto arquitetônico próprio destinado a atividades físicas, lazer e eventos culturais; integra a orla o trapiche Eliezer Levy, construído na década de 1940.
- Museu Sacaca – o nome do museu é uma homenagem ao grande conhecedor de plantas medicinais amapaense Raimundo dos Santos Souza, conhecido como Sacaca. Trata-se de um complexo com 21 hectares, que abriga um conjunto de edificações com acervo museológico e desenvolvimento de pesquisas científicas, exposição permanente a céu aberto retratando os principais ambientes amazônicos e, sobretudo, o modo de vida das comunidades tradicionais do Amapá. Compõem o circuito expositivo: a Casa dos Índios Waiãpi, a Casa dos Índios Palikur, o Barco Regatão, o Sítio Arqueológico do Maracá, a Praça do Pequeno Empreendedor Popular, a Praça do Sacaca, a Casa da Farinha, a Casa da Fitoterapia e a Casa dos Ribeirinhos. Conta também com um pequeno rio que corta o terreno.
- Arquipélago de Bailique – arquipélago de oito ilhas formado pelo encontro das águas do rio Amazonas com o oceano Atlântico, que contempla basicamente a pesca, agricultura extrativa, apicultura, carpintaria naval e agropecuária. O ecossistema é rico, constituído de florestas de várzea, campos naturais, igarapés, manguezais e praias.
- Lago Ambé – localiza-se a 74 km de Macapá, na região das pedreiras, que é constituída por campos, lagos e igarapés, e que, juntamente com a fauna e a flora da Amazônia, formam um quadro paisagístico de beleza ímpar; o lago é bastante visitado por praticantes de pescarias, além de proporcionar banhos refrescantes nas águas frias e um contato direto com a natureza.
- Lago do Curiaú – é formado pelo rio Curiaú, que deságua no rio Amazonas, com fauna abundante, como garças e outras aves que são vistas sobrevoando ou deslizando sobre o lago cujas águas têm reflexos verdes, tornando a paisagem de beleza singular.
- Lagoa dos Índios – localizado no km 3 da rodovia Duque de Caxias (Macapá/Santana), apresenta um dos mais belos panoramas da cidade, oferecendo aos visitantes uma visão da vegetação aquática e campos alagados e verdes, povoado por garças brancas que fazem um belo contraste.
- Parque Zoobotânico – reúne amostras da fauna e flora regional, representativas da natureza amazônica, incluindo animais de grande porte em cativeiro e exposição.
- Praia da Fazendinha – localizada ao longo da margem esquerda do rio Amazonas, a 13 km de Macapá, onde se pode saborear o camarão regional e praticar esportes náuticos.

5.9. Recursos Hídricos

A hidrografia de Macapá é bastante diversificada, caracterizada por rios, igarapés, furos. Os mais significativos corpos d'água do Município são:

- Rio Amazonas – passa em frente à sede de Macapá e tem grande importância para a navegação local, brasileira e internacional.
- Rio Pedreira – tem grande importância histórica por ter sido o local de onde foram extraídos os blocos de rocha para a construção da Fortaleza de São

José de Macapá.

- Igarapé da Fortaleza – limite natural entre Macapá e Santana, possui ligação com a Lagoa dos Índios e deságua no rio Amazonas.
- Lagoa dos Índios – importante para a atividade pesqueira, amenização do clima, juntamente com outras áreas de “ressacas” do Município, e como área de lazer.
- Lago do Curiaú – também importante para a atividade pesqueira, como fonte de lazer e habitat natural de diversos pássaros e aves.

5.10. Economia Verde

Apesar das atividades conhecidas de exploração dos recursos naturais, há poucas ações de incentivos e ordenamento das atividades e pouco apoio ao desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis no Município. Macapá apresenta um imenso potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, já contando com diversas iniciativas em atividade, com destaque para museus ligados à História Natural, como o Museu Sacaca, além das áreas protegidas, como as unidades de conservação públicas e privadas (RPPNs). Entretanto, ainda são necessários estudos para identificar as melhores formas de explorar a visitação turística nessas áreas. Um aspecto bastante incomum para o ecoturismo é a localização do Município, sob a linha do Equador, que pode ser melhor explorada do ponto de vista astronômico, durante a época do Equinócio.

5.11. Projetos

Aterro Sanitário – o Município de Macapá tem um Aterro Sanitário para receber os resíduos sólidos produzidos pela população. Na atualidade busca-se realizar um consórcio com os Municípios de Santana e Mazagão para que os mesmos também utilizem o aterro sanitário de Macapá para depositar os seus resíduos.

6. ANÁLISE DOS ASPECTOS OBSERVADOS

A partir da aplicação do questionário do diagnóstico ambiental, as informações obtidas na visita técnica/entrevista realizada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA de Macapá são tratadas através da metodologia de análise de interpretação dos dados na **SWOT**. Ao analisar os dados, identificamos pontos relacionados aos fatores internos positivos e negativos da SEMMA. Dentre os pontos positivos destacam-se os seguintes pontos **FORTES**:

FATORES EXTERNOS – PONTOS FORTES				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Pontuação
Órgão ambiental capacitado com infraestrutura e equipamentos	Muito importante	Forte	Melhora muito	80
Fundo e conselho do meio ambiente	Muito importante	Forte	Mantém	48
Arcabouço legal	Muito importante	Forte	Melhora	64
Realiza licenciamento e fiscalização	Muito importante	Forte	Melhora	64
Paisagismo e arborização	Muito importante	Forte	Melhora	64
Pontuação geral das suas Forças				310

Ainda em relação aos fatores internos analisados foram identificados os seguintes pontos **FRACOS**:

FATORES EXTERNOS – PONTOS FRACOS				
Item	Importância	Intensidade	Tendência	Pontuação
Monitoramento das atividades	Importante	Fraca	Mantém	36
Capacitação técnica e administrativa	Muito importante	Média	Mantém	36
Ausência de transparência das informações e controle eletrônico de processos	Importante	Fraca	Mantém	36
Cadastro das atividades de impacto local	Importante	Fraca	Piora	48
Conselho e Fundo de Meio Ambiente deficitários	Importante	Fraca	Piora	48
Pontuação geral das suas Fraquezas				204

Os fatores externos influenciam positivamente ou negativamente a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Não existe controle sobre essas forças, pois elas podem ocorrer de diversas formas, porém devem ser feitas pesquisas ou planejamentos que prevejam minimamente o acontecimento desses fatos para serem transformados em **OPORTUNIDADES** que melhorem a gestão ambiental da SEMMA, conforme identificado a seguir:

FATORES EXTERNOS – OPORTUNIDADES				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Pontuação
Parceria com o IBAM	Muito importante	Urgente	Melhora	48
Parceria com a SEMA/PEFOGAM	Importante	Urgente	Melhora	36
Sistema de Informação Estadual Ambiental – SIEMA	Importante	Urgente	Melhora	36
Lei Comp. 140/2011 e Res. COEMA 40/2014	Muito importante	Muito urgente	Melhora	64
Parceria com o Batalhão Ambiental e DEMA	Muito importante	Urgente	Melhora muito	60
Pontuação geral das suas Oportunidades				244

As forças externas que influenciam negativamente a SEMMA e que podem prejudicar não apenas o planejamento estratégico da Secretaria, como também, diretamente, seus resultados, devem ser tratadas com muita cautela. Na visita realizada ao Município foram identificadas as seguintes **AMEAÇAS** ao bom desenvolvimento da Secretaria:

FATORES EXTERNOS – AMEAÇAS				
Item	Importância	Urgência	Tendência	Pontuação
Gestor sem afinidade com a área ambiental	Importante	Urgente	Mantém	27
Política ambiental em segundo plano	Muito importante	Urgente	Mantém	36
Interferência política na gestão ambiental	Importante	Urgente	Piora	36
Demanda ambiental crescente	Muito importante	Muito urgente	Piora	64
Invasão em área de ressaca	Importante	Urgente	Piora	36
Pontuação geral das suas Ameaças				199

7. MATRIZ SWOT

Na matriz SWOT os fatores internos e externos são determinados e hierarquizados de acordo com a pontuação, priorizando cinco elementos-chaves para gestão ambiental, colocando-os como tops das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Há, assim, possibilidade de realizar cruzamentos e análises dos dados coletados com o objetivo de determinar, no plano de ação, tomada de decisão para cada fator identificado.

FATORES INTERNOS					
1.1 Tops cinco Forças		320	1.2 Tops cinco Fraquezas		204
Órgão ambiental capacitado com infraestrutura e equipamentos		80	Cadastro das atividades de impacto local		48
Arcabouço legal		64	Conselho e Fundo de Meio Ambiente deficitários		48
Realiza licenciamento e fiscalização		64	Monitoramento das atividades		36
Paisagismo e arborização		64	Capacitação técnica e administrativa		36
Fundo e Conselho do Meio Ambiente		48	Ausência de transparência das informações e controle eletrônico de processos		36
FATORES EXTERNOS					
2.1 Tops cinco Oportunidades		244	2.2 Tops cinco Ameaças		199
Lei Comp. 140/2011 e Res. COEMA 040/2014		64	Demanda ambiental crescente		64
Parceria com o Batalhão Ambiental e DEMA		60	Política ambiental em segundo plano		36
Parceria com o IBAM		48	Interferência política na gestão ambiental		36
Parceria com a SEMA/PEFOGAM		36	Invasão em área de ressaca		36
Sistema de Informação Estadual Ambiental – SIEMA		36	Gestor sem afinidade com a área ambiental		27

8. CRUZAMENTO ENTRE FORÇAS E FRAQUEZAS COM OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

Com o cruzamento entre as forças e fraquezas e as oportunidades e ameaças, sugerimos recomendações de ações de gestão que servirão para nortear o planejamento estratégico da Secretaria, considerando o potencial ofensivo que desenvolva a melhor estratégia para impulsionar suas forças e minimizar as fraquezas, relacionando-as com as oportunidades e ameaças.

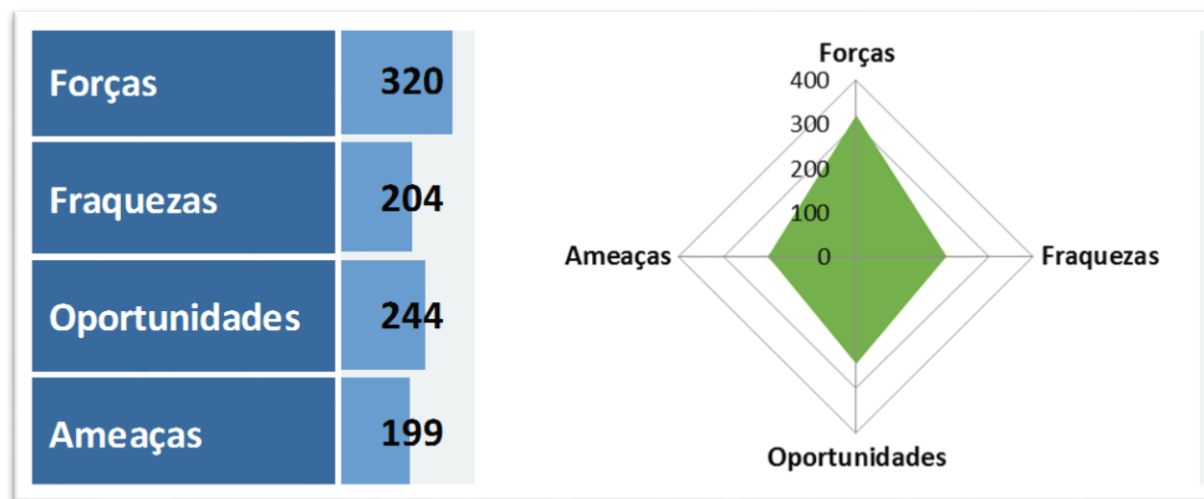
Forças e Fraquezas	SEMMAM	Oportunidades e Ameaças	SEMMAM	Tipo de estratégia	Recomendação
Órgão ambiental capacitado com infraestrutura e equipamentos	Força	Demanda ambiental crescente	Ameaça	Estratégia de confronto	Priorizar a política de meio ambiente do Município para enfrentamento das demandas.
Órgão ambiental capacitado com infraestrutura e equipamentos	Força	Interferência política na gestão ambiental	Ameaça	Estratégia de confronto	Priorizar e fortalecer a política de meio ambiente no Município para evitar interferências externas na SEMMAM.
Arcabouço legal	Força	Parceria com o IBAM/SEMA	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Firmar cooperação técnica para atualização das normas ambientais.
Realiza licenciamento e fiscalização	Força	Demanda ambiental crescente	Ameaça	Estratégia de confronto	Elaborar planos de ação para implementar o licenciamento de novas atividades.
Realiza licenciamento e fiscalização	Força	Interferência política na gestão ambiental	Ameaça	Estratégia de confronto	Dar autonomia administrativa a SEMMAM visando ao impedimento das interferências externas na gestão.
Realiza licenciamento e fiscalização	Força	Parceria com o Batalhão Ambiental e DEMA	Oportunidade	Estratégia ofensiva	Firmar parceria com o objetivo de realizar ações conjuntas nas questões ambientais no Município.
Fundo e Conselho do Meio Ambiente	Força	Política ambiental em segundo plano	Ameaça	Estratégia de confronto	Fortalecer o Fundo e Conselho como importante ferramenta de controle social.
Cadastro das atividades de impacto local	Fraqueza	Demanda ambiental crescente	Ameaça	Estratégia defensiva	Realizar o cadastro das atividades de impacto local visando ao planejamento estratégico para o licenciamento de novas demandas.

Forças e Fraquezas	SEMMAM	Oportunidades e Ameaças	SEMMAM	Tipo de estratégia	Recomendação
Conselho e Fundo de Meio Ambiente deficitários	Fraqueza	Política ambiental em segundo plano	Ameaça	Estratégia defensiva	Ativar Fundo e Conselho do Meio Ambiente visando à efetividade da gestão da SEMMAM.
Conselho e Fundo de Meio Ambiente Deficitário	Fraqueza	Parceria com o IBAM/SEMA	Oportunidade	Estratégia de reforço	Firmar parceria para capacitação dos conselheiros.
Capacitação técnica e administrativa	Fraqueza	Parceria com o IBAM	Oportunidade	Estratégia de reforço	Firmar parceria para acessar o Programa de Qualificação da Gestão Ambiental – PQGA.
Capacitação técnica e administrativa	Fraqueza	Parceria com a SEMA/PEFOGAM	Oportunidade	Estratégia de reforço	Firmar parceria para acessar as ações de capacitação do PEFOGAM.
Ausência de transparência das informações e controle eletrônico de processos	Fraqueza	Sistema de Informação Estadual Ambiental – SIEMA	Oportunidade	Estratégia de reforço	Utilizar o SIEMA como ferramenta de transparência da SEMMAM, bem como o site da Prefeitura.
Monitoramento das atividades	Fraqueza	Invasão em área de ressaca	Ameaça	Estratégia defensiva	Elaborar plano de ação para o enfrentamento dessas ameaças e fraquezas com apoio do Batalhão Ambiental e da DEMA.

9. ANÁLISES GERAIS DOS FATORES INTERNOS E EXTERNOS

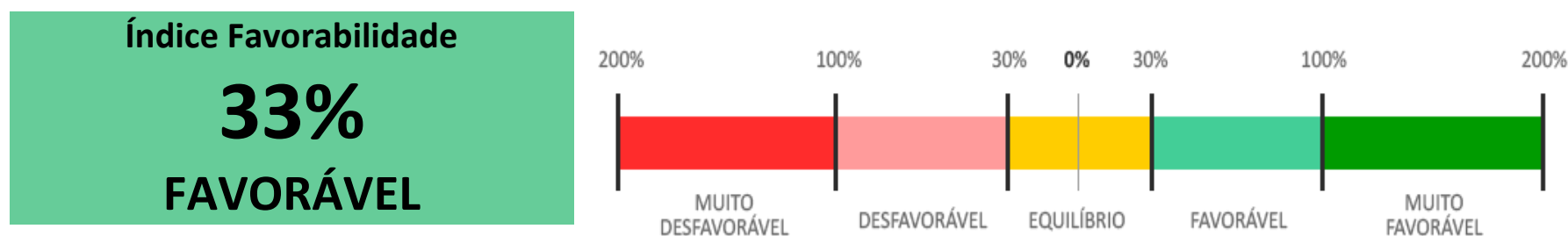
Forças	33%	O Município atende à legislação quanto a ter um órgão ambiental capacitado, tem arcabouço legal e realiza o licenciamento das atividades de impacto local. Essas são as principais forças da gestão ambiental da SEMMAM.
Fraquezas	21%	Conselho, Fundo com deficiência, monitoramento e cadastro das atividades licenciáveis de impacto local são fatores que enfraquecem a gestão ambiental da SEMMAM.
Oportunidades	25%	IBAM, SEMA, Batalhão Ambiental e Delegacia de Meio Ambiente – DEMA são fatores externos importantes que poderão contribuir para fortalecimento da gestão ambiental municipal.
Ameaças	21%	Política ambiental em segundo plano, invasão em área de ressaca, gestor sem afinidade com a área ambiental e demanda ambiental crescente são os fatores externos que ameaçam a saúde ambiental do Município.

Gráfico radar da análise do diagnóstico ambiental: O gráfico radar oferece aos gestores municipais uma visão ampla e realista do desempenho da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, uma vez que o mesmo reflete todos os fatores internos e externos que estão influenciando na gestão ambiental do Município.



10. RESULTADOS

A metodologia para definir o índice de favorabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente envolve fatores externos e internos, que culmina, conforme régua abaixo, na qualidade da gestão ambiental do Município, onde se pode verificar se é favorável, até muito favorável ou desfavorável, sendo que, em um cenário de gestão ambiental sem prioridade, o índice pode atingir o de muito desfavorável. Entre os índices favoráveis e desfavoráveis a metodologia de análise SWOT determina um equilíbrio ou ponto de atenção, representado pela cor amarela, indicando que a gestão ambiental está em estado de alerta.



Assim, ao analisar o cruzamento dos fatores internos e externos que atuam positivamente ou negativamente na gestão ambiental executada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá, chega-se ao resultado com índice de **33% (trinta e três por cento)** que, de acordo com a régua de favorabilidade, denota um índice **FAVORÁVEL** para o exercício da competência administrativa do órgão ambiental. Dessa forma, entende-se como necessária a implementação, pelo gestor, de ações de enfrentamento das fraquezas e ameaças e de potencialização das forças identificadas, a fim de se aproveitar as oportunidades levantadas neste diagnóstico para continuar avançando na competência administrativa na gestão ambiental do Município.

11. CONCLUSÃO

A realização do diagnóstico ambiental como ação do Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal – PEOGAM, no processo de conhecimento da gestão ambiental, permite, a partir da análise das informações levantadas, ter um retrato ambiental do Município e programar ações que venham a fortalecer a gestão ambiental municipal nos seus mais diversos aspectos e instrumentos. O diagnóstico ambiental é uma ferramenta de planejamento estratégico, pois traz informações que deverão servir de base para ações de gestão ambiental.

O processo da gestão ambiental descentralizada para o Município, além de cumprir com o que determina a legislação ambiental, deverá proporcionar a oportunidade de operacionalizar as atividades ligadas à gestão das atividades de impacto local.

Por se tratar da capital do Estado, Macapá tem um importante papel de liderança frente aos demais Municípios no que tange à gestão ambiental, especialmente aquela relacionada à Economia Verde. A exemplo dos demais Municípios do Estado, Macapá tem grande extensão territorial e detém largas áreas

com cobertura florestal original e um rico sistema hídrico – tratando-se de uma rica fonte potencial de geração de renda por meio de pagamento por serviços ambientais. No entanto, a prática da Economia Verde ainda não foi implantada no Estado, embora estudos já tenham sido realizados, demonstrando seu imenso potencial, de acordo com VIANA, 2012.

Como síntese final, é importante observar as recomendações sugeridas na tabela de cruzamento entre forças e fraquezas com oportunidades e ameaças desse diagnóstico, como forma de fortalecer as ações que se fazem necessárias para uma efetivação plena da gestão ambiental do Município.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Governo do Estado. Disponível em: <<http://www4.ap.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Programa Estadual de Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal-PEFOGAM**. Macapá: SEMA, 2015.

AMAPÁ. **Resolução COEMA, n. 040, de 18 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a definição de impacto local, bem como tipificação das atividades e empreendimentos considerados de impacto local de competência dos municípios, e da outras providências. Macapá, 2014.

BRASIL. **Lei complementar 140, de 8 de dezembro de 2011**. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, DF, 2011.

CARVALHO, Gleise Marreiros de. **Crescimento urbano e perda de áreas verdes em Macapá**: riscos e possibilidades de proteção. 2013. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2015**. Brasília, DF: IBGE, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapas**. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/vegetacao>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

MENEZES, Cristiane Rodrigues; MONTEIRO, Marta. Área de Proteção Ambiental da Fazendinha, Macapá-AP: análise de indicadores de efetividade do monitoramento e conservação da biodiversidade. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 3 n. 1, p. 75-85, jan./jun. 2013.

PRODES. **Desmatamento nos municípios**. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

SILVA, Marcelo Gonçalves da. Território Quilombolas no estado do Amapá: um diagnóstico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...** Uberlândia, 2012.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL-SICAR. 2016. **Dados do Cadastro Ambiental Rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

TURISMO verde: Amapá. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/amapa1.html>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

VIANA, V. et al. Economia verde no Estado do Amapá, Brasil: avanços e perspectivas. **IIED Country Report**. IIED, London., jul. 2014

